

vado a esta presença do francês fora da França? O futuro o dirá. Mas se tudo depender da vontade dos professores por toda parte esta presença se fará sentir ainda muito tempo. Foi o que demonstrou o recente Congresso da Association des Universités Partiellement ou Entièrement de Langue Française — AUPELF — que reuniu em julho deste ano, na cidade de Estrasburgo, cerca de 800 professores de francês, representando 98 países.

Alem de amparar este professorado esperançoso, a Antologia da FIPF prestará serviços a todo e qualquer intelectual desejoso de conhecer diferentes culturas do mundo atual e deverá sem dúvida alguma, como o deseja seu prefaciador, “suscitar o prazer da literatura, a curiosidade pelo testemunho e o interesse pela pesquisa” (p. 9).

Italo Caroni

* *
*

CINTRA, Luís F. L. — *Sobre “formas de tratamento” na Língua portuguesa*: Lisboa, Livros Horizonte, 1972. 138 p.

O livro pode dividir-se em três partes.

A primeira, intitulada “Origens do sistema de formas de tratamento no português atual”, reproduz o texto de uma conferência proferida no Centro Nacional de Cultura em maio de 1966 e será seguida, como promete o A. em nota, de obra mais vasta, já em preparação.

O A. começa por referir-se à estranheza dos falantes de outras línguas européias ante a complexidade do sistema de formas de tratamento no português contemporâneo de além-mar. Na análise dessa complexidade, tenta apresentar, “em forma esquemática e reduzindo-o a tipos fundamentais, o conjunto de formas que se usam atualmente na alocação ou tratamento direto” restringindo o seu campo de observação à linguagem das camadas cultas ou semicultas das grandes cidades de Portugal. Distingue três tipos de tratamento: o *pronominal* (*tu, você, vocês, V. Ex. a, V. Ex. as*), o *nominal* (a) *o senhor, a senhora, os senhores, asse nhoras*; b) *o senhor Dr., o senhor Ministro*; c) *o pai, a mãe, o avô*; d) *o Antônio, a Maria*; e) *o meu amigo, o patrão, etc.*) e o *verbal*, expresso pela desinência. Nota certas diferenças de valor entre os três tipos e duas características do sistema: a extraordinária variedade e frequência de emprego do tratamento do tipo nominal e a sua estruturação, que supõe, pelo menos no singular, três planos, a que corresponde a oposição entre *tu, você e V. Ex. a, o senhor Dr., o Antônio, a Maria, o Sr. Antônio, a Sr. a Maria, a D. Maria, etc.*,

em contraste com a posição em outras línguas. Observa que o sistema português, considerando-se principalmente a variedade do 3.º plano, o da cortesia, “parece ligar-se, por um lado, a uma sociedade fortemente hierarquizada; por outro, a um certo comprazimento, a um certo gosto na própria hierarquização e na matização estilística ou, talvez, a uma dificuldade inconsciente ou subconsciente em aceitar uma nivelção maior realizada através de um processo semelhante ou pelo menos paralelo ao que conduziu, no Brasil, à fixação de um sistema dual, devido à expansão do *você* pelo terreno da intimidade, com prejuízo do *tu*, hoje moribundo e quase reduzido às forams oblíquas: *te, ti*” Em rápido retrospecto, surpreende-se com o contraste, no tratamento nominal, entre o sistema atual e o que pode deduzir-se das crônicas e novelas de cavalaria do século XIV, que é fundamentalmente o mesmo das obras de Fernão Lopes. Destaca das crônicas deste autor outras formas de tratamento, usadas esporadicamente e em condições especiais — *Vossa Mercê*, *Vossa Alteza* e *Vossa Senhoria*, todas importadas e aplicáveis, a princípio, ao rei, à rainha e a um duque estrangeiro, mas depois estendidas à nobreza e à alra burguesia. Adverte que “esta especialização dos vários tratamentos — tão intimamente ligada à consolidação de uma sociedade dividida em estamentos ou camadas sociais de posição relativa firmemente estabelecida não é fenômeno estritamente português”; “o aparecimento das fórmulas substantivas e do tratamento na 3ª pessoa gramatical se dá, nesta época ou um pouco antes, em diversas regiões da Europa” e que a “vasta expansão e a fixação deste tipo de tratamento parecem de certo modo associadas a um fato histórico da maior importância: a progressiva constituição do que veio a ser o extensíssimo império de Carlos V” Evoca as leis publicadas na Espanha, em 1597, “que estabeleciam os limites do emprego de cada tratamento e fixavam as penas em que incorriam os que exigissem para si próprios uma fórmula que lhes não fosse adequada segundo esse texto legal”; menciona as categorias a que se aplicavam os tratamentos de *Vossa Majestade*, *Vossa Alteza*, *Vossa Excelência*, *Vossa Senhoria*, *Vossa Mercê*; recorda a nova lei, publicada um século e meio depois, de D. João V, cujo preâmbulo “serve, simultaneamente, de testemunho sobre a persistência neste rei, assim como naqueles que o rodeavam, de preocupação em manter viva por meio da utilização deste sistema lingüístico uma organização da sociedade”, esclarece que, segundo se deduz da lei de 1739, “as principais transformações que se tinham dado entre 1597 e o segundo quartel do século XVIII diziam respeito ao emprego de *Vossa Senhoria* e ao de *Vossa Excelência*, que já tinham ultrapassado amplamente os limites fixados pela lei de 1597” e que os textos legais não oferecem mais do que “uma imagem incompleta da evolução do sistema entre os fins do século XVI e o século XVIII, por não conterem qualquer referência ao que se passava naquilo a que podemos chamar níveis inferiores da estrutura” Cita textos dos séculos XVII e XVIII, que atestam o declínio de *Vossa Mercê*. Sublinha a extinção de *vós*, aplicado a uma só pessoa, no decurso do século XVIII, a que correspondeu mais largo emprego de *Vossa Mercê*, *Vossa Senhoria* e *Vossa Excelência*; alude ao aparecimento de

voçê como substituto de *vós* e à progressiva invasão e expansão de *o senhor, o senhor Dr., o pai, o meu pai, o meu amigo, o meu patrão, o Antônio, a Maria, a D. Maria, a Sr.a D. Maria, etc.*, para chegar a algumas das tendências atualmente mais vivas.

Na segunda parte, que é uma comunicação apresentada no Simpósio Vicentino, reunido em Lisboa, na Faculdade de Letras, em 1965, preocupa-se com a estruturação das formas de tratamento direto nas obras de Gil Vicente, desde o *tu* até *Vossa Majestade* e *Vossa Santidade*. Reparte as formas de tratamento por dois campos como no português contemporâneo: o campo da intimidade e o campo da cortesia. Nota de início que, se entre o tratamento em Gil Vicente e no português dos meados do século XX é pouco sensível a diferença no que se refere ao tratamento de intimidade (*tu*), a divergência é completa no que diz respeito ao tratamento de cortesia: desapareceram, no português contemporâneo, o *vós* e as formas verbais correspondentes, comuns nas peças vicentinas, e generalizou-se o emprego de *voçê, V. Ex. a, o senhor, a senhora, o senhor Doutor, o senhor Engenheiro, o pai, a mãe, o Manuel, a Maria, etc.* Mas adverte que uma leitura mais completa e atenta das obras do célebre dramaturgo permite encontrar, embora circunscritos a casos especiais e bem determinados, tratamentos nominais existentes na língua atual; ao lado de *vós*, as fórmulas *Vossa Mercê, Vossa Senhoria, Vossa Alteza, Vossa Excelência*, a princípio aplicadas só ao rei, depois a fidalgos e finalmente a qualquer pessoa, e outra de uso muito restrito — *Vossa Majestade* —, que só depois de 1597 passou a aplicar-se definitivamente ao rei, antes substituída por *Vossa Alteza*. Examina, à luz de textos, o emprego dos vários tratamentos e o tratamento dispensado a eclesiásticos; por fim, cingindo-se ao que chama “estilo individual vicentino”, estuda, ainda à luz de textos, o emprego “normal” de *tu* e *vós* entre pessoas ligadas por certos laços de parentesco ou por certo tipo de relações sociais.

Na terceira parte, ocupa-se o A. das formas de tratamento *tu* e *vós* na poesia e nas orações da Igreja. Começa pelo emprego de *tu* dirigido a Deus em poemas de Vitorino Nemésio em contraste com o *vós* do *Pai Nosso*. Para explicar esse contraste, remonta ao português antigo (período galego-português, até cerca de 1400, e período pré-clássico, de 1400 aos fins do primeiro quartel do século XVI). Aduz textos para mostrar que o tratamento para Deus era geralmente *tu* na prosa e *vós* na poesia, atribuindo este último ao tom cortês, imposto em todas as circunstâncias aos trovadores e aos próprios jograis. Sempre com o auxílio de textos, situa no século XVI o emprego de *vós* para Deus na linguagem poética, emprego que se estabiliza no século XXVIII, até meados do século XVIII, e o ressurgimento de *tu* no mesmo século XVIII, com os poetas pré-românticos, principalmente Bocage, e sua definitiva fixação nos séculos XIX e XX, com os poetas românticos.

O A. encerra o seu estudo com uma referência ao ensaio “Eu e tu” do filósofo israelita Martin Buber, do qual transcreve frases que, como diz, poderiam

servir de base a um comentário do poema “Prece” de Vitorino Nemésio e que relacionam de maneira impressionante com todo o conteúdo do livro “O verbo e a morte”

Seguem-se quatro apêndices, todos relativos às formas de tratamento.

Felipe Jorge

* *
*

LUFT, Celso Pedro — Gramática resumida 3. ed. rev e aum. Porto Alegre, Globo, 1976.

A presente edição apresenta a mesma tríplice divisão da gramática (fonética, morfologia e sintaxe), mas difere muito da anterior. Ocorrem numerosas alterações nas definições e conceituações, na redação, na disposição da matéria, na exemplificação, além de acréscimos, supressões, etc. Anotaremos o que nos pareceu mais importante.

Na fonética, alteração na análise fonológica dos vocábulos *canto*, *aguerridos* e *estrambóticos* (3. ed., p. 60-61); supressão da longa *Nota* relativa ao triângulo de Hellwag (2. ed., p. 42); supressão da *Observação* que acompanha a classificação das consoantes quanto ao modo de articulação (2. ed., p. 48); supressão de parte da *Observação* 2 referente aos encontros consonantais (2. ed., p. 51); acréscimo da classificação das vogais quanto à elevação da língua (3. ed., p. 44); acréscimo do quadro completo das vogais (3. ed., p. 45); acréscimo do tópico “Estrutura da sílaba e padrões silábicos” (3. ed., p. 46); aumento do número de ditongos crescentes orais (3. ed., p. 46); ampliação considerável do tópico “Prosódia” (3. ed., p. 58-60); deslocação dos tópicos sobre ortografia e pontuação (3. ed., p. 61-62), antes incluídos no *Apêndice* (2. ed., 174-175); comentário a uma observação do prof. Antenor Nascentes (3. ed., p. 48). Na morfologia, alteração do tópico “As dez classes de palavras” (3. ed., p. 74-75); alteração do tópico “Locução adjetiva” (2. ed., p. 81); supressão da *Observação* referente ao tema (2. ed., p. 63); supressão do tópico referente aos sufixos flexionais (2. ed., p. 65); supressão das *Observações* 1 e 2 referentes aos tempos (2. ed., p. 101); supressão da *Observação* referente às vozes (2. ed., p. 102); supressão da *Observação* referente ao substantivo (2. ed., p. 75); supressão da *Observação* referente ao adjetivo (2. ed., p. 80); supressão da *Observação* às preposições (2. ed., p. 110); supressão do *Apêndice didático* referente à distinção entre advérbio e preposição (2. ed., p. 113); supressão da *Observação* referente ao futuro do pretérito (2. ed., p. 101); acréscimo do tópico “Morfemas” (3. ed., p. 64-65); acréscimo do tópico